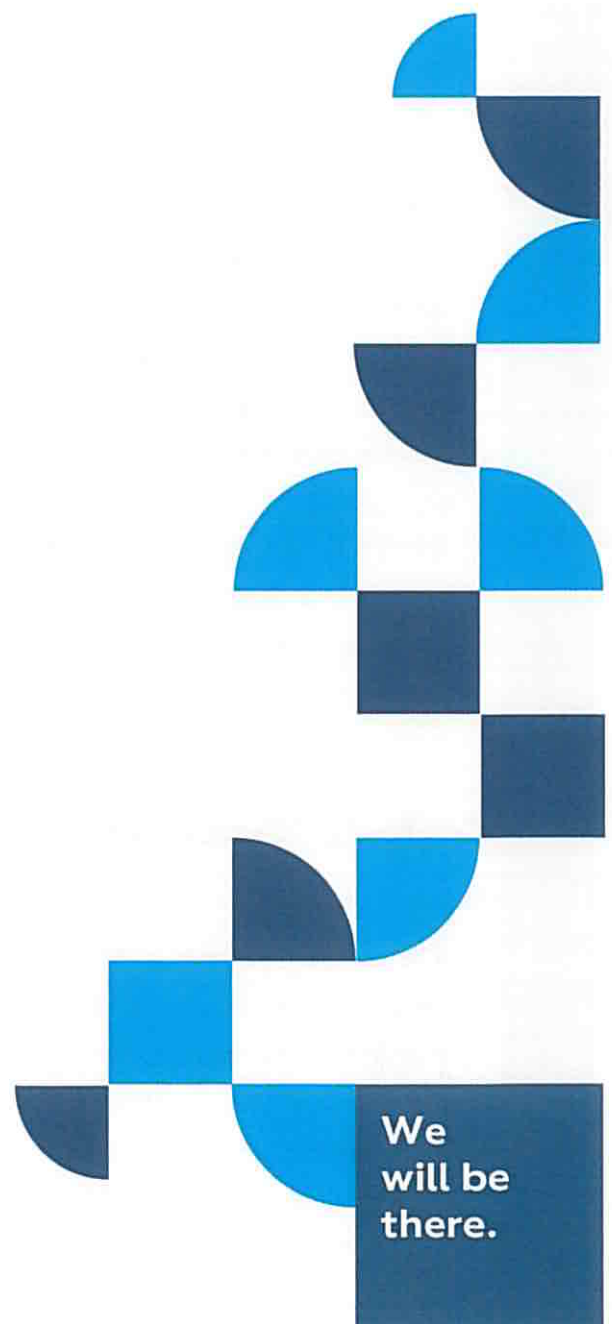




Relatório de Gestão 2016

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (adiante designada por “MDS RE” ou “Sociedade”) tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2016.

A MDS RE

A MDS RE, constituída em 15 de Outubro de 2012, centra a sua atividade na mediação de resseguros. Em 2016, apesar de o capital social da empresa não ter sofrido alteração, mantendo-se nos 50.000,00 euros, este capital passou a ser detido a 100% pela MDS África, S.G.P.S., S.A., após alienação da totalidade das ações por parte da MDS S.G.P.S., S.A..

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se *broker* de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos.

Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de *Project Finance*, *M&A* e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de *duediligence* técnico.

Contexto Macroeconómico

Mundo

A recuperação económica global abrandou em 2016. A atividade económica mundial cresceu +3,1%, a taxa mais baixa desde a recessão de 2009, em grande parte devido à desaceleração nos mercados emergentes, uma vez que, nas economias avançadas, o crescimento se manteve surpreendentemente robusto. Contudo, apesar do crescimento desapontante, as condições económicas foram estabilizando gradualmente ao longo do ano, prevendo-se que a economia global entre em 2017

com fatores de suporte mais fortes e, naturalmente, com melhores perspectivas de crescimento.

O ano de 2016 foi particularmente marcado por crescentes tensões geopolíticas, com acontecimentos como o Brexit, as eleições presidenciais americanas, a tentativa de golpe de estado na Turquia, a destituição da Presidente Dilma Rousseff no Brasil, e a vitória do “Não” em Itália, entre outros, a alimentarem a incerteza e a volatilidade nos mercados, o que se refletiu negativamente no crescimento económico.

Nos **Estados Unidos da América**, a atividade económica começou a abrandar em meados de 2015 tendo, no entanto, ganho fôlego na segunda metade de 2016. Esta dinâmica foi, principalmente impulsionada pelo consumo privado, que beneficiou da solidez do mercado de trabalho, atualmente em níveis próximos do pleno emprego. Em contrapartida, o investimento manteve-se contido, particularmente no setor energético, devido aos preços baixos da energia, enquanto o clima de incerteza, gerado pelas eleições presidenciais e pelo Brexit, poderá ter levado ao adiamento de algumas decisões de investimento. Globalmente, a economia americana ficou aquém das expectativas em 2016, com um aumento esperado do PIB de apenas +1,6%, cerca de um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento de 2015.

Na **Zona Euro**, os suportes da economia permaneceram globalmente favoráveis, nomeadamente os preços baixos do petróleo, a posição acomodatória do BCE face à política monetária, a apreciação do euro relativamente limitada e uma política fiscal ligeiramente mais expansionista devido ao aumento das despesas relacionadas com a situação dos refugiados. Todos estes fatores continuaram a suportar a despesa privada, que continua a ser o principal motor do crescimento económico. Não obstante, a economia foi penalizada por tensões geopolíticas e pela incerteza política, assim como pelo fraco crescimento económico nas economias emergentes e pela debilidade do comércio global. Para além disso, em algumas economias, os efeitos das crises recentes continuam a limitar a recuperação económica. Em suma, o PIB aumentou +1,6%, crescendo à mesma taxa que a economia americana pela primeira vez desde 2011.

A evolução nos **Mercados Emergentes** foi muito mais diversa. Na Ásia, a economia chinesa manteve o forte crescimento económico (+6,7%) suportada pela política económica, e a Índia continuou a ter um bom desempenho (+6,6%), ainda que ligeiramente menos elevado. Por outro lado, países emergentes como o Brasil, a Argentina, a Rússia e a Turquia continuaram a enfrentar recessões económicas.



Portugal

Em Portugal, o crescimento económico ficou aquém das expectativas, penalizado pela fraca recuperação das exportações, nomeadamente para Angola, pela incerteza interna e, acima de tudo, pela debilidade do investimento, quer no setor público, quer no setor privado, enquanto o consumo das famílias se manteve forte. No entanto, um segundo semestre mais dinâmico do que o esperado contribuiu positivamente para o crescimento de 2016 e constituiu um impulso positivo para 2017. O PIB registou um crescimento de +1,2% em 2016, desacelerando face a +1,6% registado em 2015.

A taxa de crescimento do consumo privado em termos nominais (+2,9%) foi superior à taxa de crescimento do rendimento disponível (+2,4%), mantendo a mesma tendência desde o início da retoma da economia portuguesa em 2014. Este desempenho excecional do consumo deveu-se, particularmente, a um decréscimo sem precedentes da taxa de poupança (atualmente em +4%), associado a uma significativa melhoria da confiança das famílias no pós-crise e ao efeito riqueza.

Nos últimos anos, o forte crescimento do consumo privado esteve particularmente associado ao crescimento da procura de bens duradouros, que tinham sido mais penalizados durante a crise, apoiada pelo crédito ao consumo. Em 2016, as famílias continuaram a privilegiar os bens duradouros, em particular os automóveis (+16,1%), embora em menor grau face a 2015, à medida que o consumo destes bens se aproxima dos níveis anteriores à crise. Por outro lado, verificou-se um aumento da despesa noutras categorias, que se refletiu no comportamento do turismo (+9,5%), nas vendas a retalho (+2,7%), particularmente nos alimentos e bebidas (+4,2%), mas também no retalho não-alimentar (+1,0%), nomeadamente no vestuário (+4,7%).

África

Ao nível do continente africano, o crescimento do PIB real em 2016 foi de 2.2%, 1.2 pontos percentuais inferior ao verificado em 2015. O principal fator responsável pelo abrandamento da economia foi a quebra dos preços das matérias-primas, que afetou, em grande medida, as exportações. Relativamente aos preços das *commodities* não energéticas, estes caíram 6% em 2016 em relação a 2015 e foram particularmente afetados pela queda dos preços dos metais e minerais. Já quanto ao preço das *commodities* energéticas também se verificou, em geral, uma diminuição, como é o caso do preço médio do petróleo por barril que se revelou 16% abaixo dos preços de 2015.



A performance da economia Africana foi ainda afetada pelo fraco crescimento da economia mundial, nomeadamente pela desaceleração do crescimento na China (parceiro comercial relevante para diversos países africanos), e ainda pelos efeitos indiretos da Primavera Árabe. De ressaltar, no entanto, as projeções para 2017 e 2018 da economia Africana que revelam uma recuperação moderada para 3,4% e 4,3%, respetivamente.

Mais concretamente ao nível da economia Angolana, também se verificou uma desaceleração do crescimento, verificando-se um PIB de apenas 1.1%, o qual se espera que venha a subir para 2.3% em 2017, e ainda 3.2% em 2018. Este desempenho deveu-se ao impacto pela descida do preço do petróleo e ainda devido à contração da atividade não petrolífera, devido aos cortes no investimento público e no consumo privado, nomeadamente ao nível dos setores industrial, construção e serviços.

Desempenho operacional da MDS RE

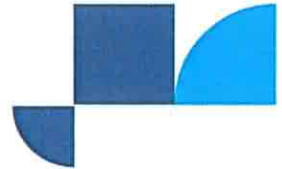
No exercício de 2016, o volume de negócios da MDS RE situou-se nos 90 mil euros, correspondendo essencialmente a comissões obtidas na atividade de resseguro. Observa-se um aumento de 41% neste indicador face ao ano anterior, revelando uma evolução positiva da atividade da empresa.

Relativamente à distribuição geográfica do volume de negócios, 15% foi realizado em Portugal e 84% em África, mais concretamente em Angola, denotando a aposta clara da empresa neste mercado, em linha com a sua estratégia de crescimento.

O Resultado Operacional da empresa em 2016, manteve-se negativo (-212 mil euros), apresentando, no entanto, uma melhoria de 6% face a 2015, devido não só ao aumento no volume de negócios acima referido, como também devido à diminuição de 29% observada ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos face a 2015, justificada pela diminuição dos gastos com trabalhos especializados e nos gastos com deslocações.

Por sua vez, o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 1%, tendo registado um valor negativo de 233 mil euros, face aos 235 mil euros negativos verificados em 2015.

Para 2017, a MDS RE continuará a sua aposta na dinamização da área comercial, analisando novas oportunidades no mercado europeu e africano, com vista à



angariação de novos negócios, para que o desempenho operacional continue a demonstrar uma evolução positiva.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe o Conselho de Administração que o resultado líquido negativo no valor de 232 754,17 euros (duzentos e trinta e dois mil setecentos e cinquenta e quatro euros e dezassete cêntimos), apurado no exercício em 2016, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Delibera adicionalmente o Conselho de Administração informar a Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, de que, conforme resulta das contas do exercício, se encontra perdido mais de metade do capital social, devendo, em consequência, a Assembleia Geral, deliberar sobre a medida a tomar de entre, pelo menos, as previstas na lei, propondo o Conselho de Administração que a Assembleia Geral delibere proceder à cobertura dos prejuízos no montante de 232 754,17 euros (duzentos e trinta e dois mil setecentos e cinquenta e quatro euros e dezassete cêntimos), através de entradas em dinheiro naquele montante, para reforço da cobertura do capital.

Porto, 28 de Julho de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alviaia)

(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º - 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2016

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA


BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)


ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	-	196,03
Participações financeiras - outros métodos	7	9 114,77	-
		<u>9 114,77</u>	<u>196,03</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 8	332 857,83	236 897,77
Acionistas	5 e 9	-	1 000,00
Outras contas a receber	5 e 11	159 400,58	158 355,31
Diferimentos	12	2 545,20	3 848,87
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	11 062,79	25 014,39
Total de ativos correntes		<u>505 866,40</u>	<u>425 116,34</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>514 981,17</u>	<u>425 312,37</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	231 102,61	-
Resultados transitados		(179 536,54)	51 566,07
Resultado líquido do exercício		(232 754,17)	(234 985,31)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>(131 188,10)</u>	<u>(133 419,24)</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5 e 25	300 000,00	195 000,00
Total de passivos não correntes		<u>300 000,00</u>	<u>195 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	23 797,36	25 998,34
Estado e outros entes públicos	15	11 091,36	8 569,48
Financiamentos obtidos	5 e 10	20 000,00	-
Outras contas a pagar	5 e 16	291 280,55	208 391,93
Acionistas	5 e 9	-	120 771,86
Total de passivos correntes		<u>346 169,27</u>	<u>363 731,61</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>514 981,17</u>	<u>425 312,37</u>


O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 JMF
 JA
 ACR
 TM



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

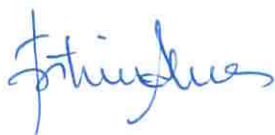
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)


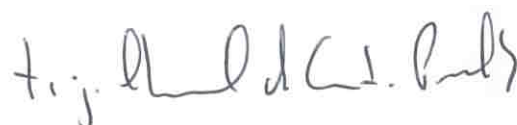
	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Vendas e prestações de serviços	18	90 385,21	63 889,59
Fornecimentos e serviços externos	19	(60 382,15)	(85 520,62)
Gastos com o pessoal	20	(233 745,98)	(204 530,68)
Outros rendimentos e ganhos	21	1 185,40	1 170,31
Outros gastos e perdas	22	(9 272,50)	(1 108,78)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(211 830,02)	(226 100,18)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(196,03)	(588,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(212 026,05)	(226 688,31)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	3 727,57
Juros e gastos similares suportados	23	(12 701,38)	(8 751,02)
Resultado antes de impostos		(224 727,43)	(231 711,76)
Imposto sobre o rendimento	24	(8 026,74)	(3 273,55)
Resultado líquido individual do exercício		(232 754,17)	(234 985,31)
Resultados por acção (básico e diluído)		(23,275)	(23,499)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

JMF 
 JA
 ACR
 TM 

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		50 000,00	-	231 102,61	(179 536,54)	101 566,07
Aplicação do resultado do exercício	13	-	-	(179 536,54)	179 536,54	-
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	(234 985,31)	(234 985,31)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		50 000,00	-	51 566,07	(234 985,31)	(133 419,24)
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		50 000,00	-	51 566,07	(234 985,31)	(133 419,24)
Transferência para outros instrumentos de capital próprio	13	-	231 102,61	(231 102,61)	-	-
Aplicação do resultado do exercício	13	-	-	(234 985,31)	234 985,31	-
Cobertura de Prejuízos	13	-	-	234 985,31	-	234 985,31
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	(232 754,17)	(232 754,17)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		50 000,00	231 102,61	(179 536,54)	(232 754,17)	(131 188,10)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

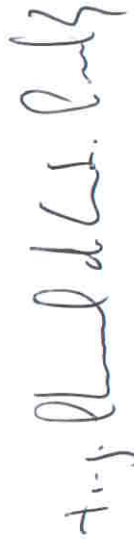


JMF

JA

ACR

TM



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

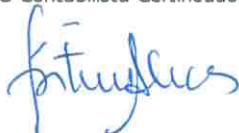
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

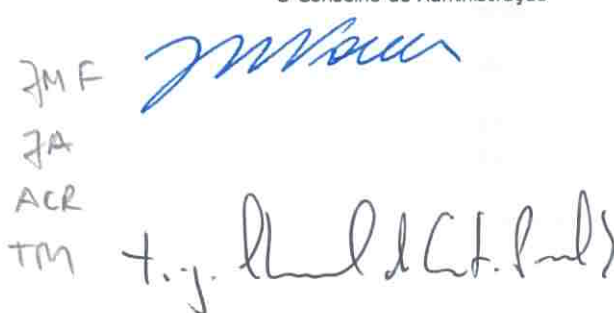
	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		54 059,53	179,24
Pagamentos a fornecedores		(59 518,50)	(78 868,75)
Pagamentos ao pessoal		(229 163,12)	(195 052,94)
Fluxos gerados pelas operações		(234 622,09)	(273 742,45)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1 000,00)	(1 000,00)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(6 136,61)	(4 564,79)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(241 758,70)	(279 307,24)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	6 123,48
		-	6 123,48
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(9 114,77)	-
Empréstimos concedidos		-	240 000,00
		(9 114,77)	240 000,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		(9 114,77)	246 123,48
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Cobertura de prejuízos		234 985,31	-
Financiamentos obtidos		525 000,00	110 000,00
		759 985,31	110 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(510 000,00)	(65 000,00)
Juros e gastos similares		(13 063,44)	(7 720,97)
		(523 063,44)	(72 720,97)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		236 921,87	37 279,03
Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		(13 951,60)	4 095,27
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	25 014,39	20 919,12
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	11 062,79	25 014,39

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

filves
M
+P)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de Dezembro de 2016, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

JM-
+PA
+Luz

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Tipo de bem	Anos
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

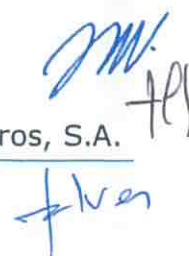
Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'M', 'R', and 'F'.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expetável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

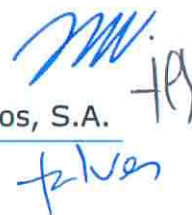
Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

Handwritten signature and initials in blue ink, including 'M.M.' and 'FA'.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante o exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa sai do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

MW. +PS
 +PS
 +PS

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Numerário	9 603,63	10 642,30
Depósitos bancários	<u>1 459,16</u>	<u>14 372,09</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>11 062,79</u>	<u>25 014,39</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>11 062,79</u>	<u>25 014,39</u>

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	31.dezembro.2016		31.dezembro.2015		
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	8	332.857,83	332.857,83	236.897,77	236.897,77
Acionistas	9	-	-	1.000,00	1.000,00
Outras contas a receber	11	159.400,58	159.400,58	158.355,31	158.355,31
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.062,79	11.062,79	25.014,39	25.014,39
		<u>503.321,20</u>	<u>503.321,20</u>	<u>421.267,47</u>	<u>421.267,47</u>
		<u>503.321,20</u>	<u>503.321,20</u>	<u>421.267,47</u>	<u>421.267,47</u>

Passivos Financeiros

	31.dezembro.2016		31.dezembro.2015		
	Nota	Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas	25	300.000,00	300.000,00	195.000,00	195.000,00
		<u>300.000,00</u>	<u>300.000,00</u>	<u>195.000,00</u>	<u>195.000,00</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	14	23.797,36	23.797,36	25.998,34	25.998,34
Outras contas a pagar	15	291.280,55	291.280,55	208.391,93	208.391,93
Acionistas	9	-	-	120.771,86	120.771,86
Financiamentos obtidos	10	20.000,00	20.000,00	-	-
		<u>335.077,91</u>	<u>335.077,91</u>	<u>355.162,13</u>	<u>355.162,13</u>
		<u>635.077,91</u>	<u>635.077,91</u>	<u>550.162,13</u>	<u>550.162,13</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	<u>1 764,38</u>	<u>1 764,38</u>
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1 568,35	1 568,35
Aumentos	196,03	196,03
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	<u>1 764,38</u>	<u>1 764,38</u>
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>-</u>

Ativo bruto	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	1 764,38	1 764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	980,22	980,22
Aumentos	588,13	588,13
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	1 568,35	1 568,35
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2015	196,03	196,03

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 é o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2016			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	-	9 114,77	9 114,77
Valor bruto		-	9 114,77	9 114,77
Valor líquido		-	9 114,77	9 114,77

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objecto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 332.857,83 Euros em 31 de dezembro de 2016, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 16) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Acionistas - Ativo Corrente		
Regime Especial de Tributação de Grupos	-	1 000,00
	<u>-</u>	<u>1 000,00</u>
	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	300 000,00	195 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>195 000,00</u>
	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Acionistas - Passivo corrente		
Financiamentos obtidos	-	110 000,00
Regime Especial de Tributação de Grupos	-	10 771,86
	<u>-</u>	<u>120 771,86</u>

De ressaltar que à data de 31 de dezembro de 2016, o acionista é a MDS África, SGPS, SA e à data de 31 de Dezembro de 2015 a acionista é a MDS, SGPS, SA pelo que deve ser analisado de forma independente para cada ano.

Os suprimentos não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

10 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O valor de 20.000,00 euros registado na rubrica de financiamentos obtidos nos passivos correntes respeita a um financiamento obtido da empresa MDS, SGPS, SA.

Trata-se de uma operação financeira com o prazo improrrogável de 364 dias e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	156 435,56	156 696,13
Outros devedores	965,02	1 659,18
	<u>157 400,58</u>	<u>158 355,31</u>

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	156 435,56	156 696,13
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 25)	2 000,00	-
Outros devedores	<u>965,02</u>	<u>1 659,18</u>
	<u>159 400,58</u>	<u>158 355,31</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de "Devedores por acréscimos de rendimentos", cujo montante ascende 156.435,56 Euros, respeita na quase totalidade à especialização de gastos incorridos em 2014 e 2013 a redebitar a terceiros e que foram suportados no âmbito da expansão internacional do Grupo MDS.

12 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de "Diferimentos" nos ativos correntes, no montante de 2.545,20 Euros e 3.848,87 Euros, respetivamente, corresponde a seguros de doença (Nota 3.8).

13 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 30 de Dezembro de 2016, a MDS SGPS, SA que detinha a totalidade do capital, alienou a totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, em 31 de dezembro de 2016 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA	100%
---------------------	------

A 31 de Dezembro de 2016, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 50% pela MDS SGPS, SA e em 50% pela ON FUK ASIA COMPANY LIMITED.

Outros Instrumentos de Capital

No dia 3 de maio de 2017, o acionista único procedeu a uma deliberação universal exarada em ata em que refere que a ata nº 6 datada de 31 de julho de 2015 inclui um lapso relativo às entradas efetuadas no exercício de 2014 as quais foram efetuadas como cobertura de prejuízos quando o pretendido foi constituir prestações acessórias com o regime legal de prestações suplementares. Desta forma as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram alteradas no sentido de refletir já a correção do referido lapso.

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

14 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 23.797,36 Euros e 25.998,34 Euros, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	2 950,47	-
Retenção na fonte	3 929,00	3 958,00
Contribuições para a Segurança Social	4 208,25	3 917,88
Outros	3,64	693,60
	<u>11 091,36</u>	<u>8 569,48</u>

No final de 2016, a Empresa saiu do RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela MDS SGPS.

16 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Outros credores	227 876,51	150 438,68
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	50 551,75	46 285,26
Juros	8 401,96	8 744,09
Outros	4 450,33	2 923,90
	<u>291 280,55</u>	<u>208 391,93</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 227.876,51 Euros em 31 de dezembro de 2016 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

17 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
N+1	6 176,68	7 412,02
N+2	-	6 794,35
N+3	-	-
N+4	-	-
	<u>6 176,68</u>	<u>14 206,37</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, associadas a estes contratos, ascendeu a 6.475,93 Euros e 6.602,88 Euros, respetivamente (Nota 19).

18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 90.385,21 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrentes da normal atividade da Empresa (essencialmente comissões obtidas na atividade de resseguro).

19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Deslocações e estadas	34 317,86	46 180,11
Comunicações	4 032,48	4 884,08
Despesas de representação	3 379,32	1 914,84
Trabalhos especializados	4 108,00	17 289,91
Contencioso e notariado	1 027,00	566,16
Rendas e alugueres	6 475,93	6 602,88
Seguros	4 319,09	3 072,97
Outros	2 722,47	5 009,67
	<u>60 382,15</u>	<u>85 520,62</u>

20 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Remunerações	189 101,64	167 968,07
Encargos sobre remunerações	41 259,93	34 089,51
Seguros	3 171,96	2 185,91
Gastos com ação social	<u>212,45</u>	<u>287,19</u>
	<u>233 745,98</u>	<u>204 530,68</u>

Durante o exercício de 2016, o número médio de funcionários foi de 3 colaboradores.

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" foi respetivamente de 1.185,40 Euros e 1.170,31 Euros, sendo que em 2016, a maior parte do valor corresponde a diferenças de câmbio.

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de "Outros gastos e perdas" foi respetivamente de 9.272,50 Euros e 1.108,78 Euros, sendo que em 2016, o valor com maior peso corresponde a diferenças de câmbio.

23 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Juros suportados (Nota 25)	<u>(12 701,38)</u>	<u>(8 751,02)</u>
	<u>(12 701,38)</u>	<u>(8 751,02)</u>

24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Imposto corrente	<u>8 026,74</u>	<u>3 273,55</u>
	<u>8 026,74</u>	<u>3 273,55</u>

MW: +PS
river

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Resultado antes de impostos	(224 727,43)	(231 711,76)
Benefícios fiscais	(14 840,00)	(7 070,00)
Encargos não dedutíveis	1 695,06	-
Prejuízo fiscal	<u>(237 872,37)</u>	<u>(238 781,76)</u>
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	<u>237 872,37</u>	<u>238 781,76</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento	<u>21,00%</u>	<u>21,00%</u>
Insuficiência/excesso estimativa imposto	5 076,27	-
Tributação autónoma	<u>2 950,57</u>	<u>3 005,48</u>
	<u>8 026,84</u>	<u>3 005,48</u>
Gastos com imposto corrente	8 026,84	3 005,48
Correção relativa a exercício anteriores	-	268,07
Total do impostos sobre o rendimento do exercício	<u>8 026,84</u>	<u>3 273,55</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização
Gerados antes da entrada no RETGS		
2012	2 077,10	2017
Gerados após a saída no RETGS		
2016	237 872,37	2028

A Empresa por prudência não registou ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais reportáveis gerados no exercício.

25 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser detalhados como segue:

Transações

	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Accionistas	-	8 744,09	-	-
Outras partes relacionadas	12 695,35	-	26 001,09	27 573,48
	<u>12 695,35</u>	<u>8 744,09</u>	<u>26 001,09</u>	<u>27 573,48</u>

	Juros Obtidos		Rendimentos Operacionais	
	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Accionistas	-	3 727,57	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	15,54	16,67
	<u>-</u>	<u>3 727,57</u>	<u>15,54</u>	<u>16,67</u>

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Accionistas	-	1 000,00	-	19 515,95
Outras partes relacionadas	2 000,00	-	24 637,54	152,52
	<u>2 000,00</u>	<u>1 000,00</u>	<u>24 637,54</u>	<u>19 668,47</u>

	Empréstimos obtidos	
	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Accionistas	300 000,00	305 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>305 000,00</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Remuneração fixa	94 022,70	95 321,77
Remuneração variável	15 692,70	16 152,50
	<u>109 715,40</u>	<u>111 474,27</u>

Em 2016 e 2015, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

26 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

MW. fls
five

Suprimentos

Posição credora	<u>01.janeiro.2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
MDS África SGPS	-	300 000,00	-	300 000,00
	-	300 000,00	-	300 000,00
MDS SGPS	195 000,00	300 000,00	(495 000,00)	-
	195 000,00	300 000,00	(495 000,00)	-

Operações Financeiras

Posição credora	<u>01.janeiro.2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
MDS SGPS	110 000,00	225 000,00	(315 000,00)	20 000,00
	110 000,00	225 000,00	(315 000,00)	20 000,00

À data de 31 de dezembro de 2016, a acionista da empresa é MDS África, SGPS, SA, contudo até 30 de dezembro de 2016, quem detinha a totalidade do capital da sociedade era a MDS SGPS, SA.

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**Política contabilística para reconhecimento da remuneração**

Informação incluída na Nota 3.8 – Rédito e Especialização dos exercícios

Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Numerário	90.385,21	63.889,59
TOTAL	90.385,21	63.889,59

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Comissões	90.385,21	63.889,59
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	90.385,21	63.889,59

Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Numerário	54.059,53	0,00
TOTAL	54.059,53	0,00

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Comissões	54.059,53	0,00
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	54.059,53	0,00

Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

Remunerações 2016 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	18.118,72	0%	72.266,49	100%
	0,00	18.118,72	0%	72.266,49	100%

Remunerações 2015 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	0,00	0%	63.889,59	100%
	0,00	0,00	0%	63.889,59	100%

Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações (€)			
	2016		2015	
Mapfre RE	19.978,69	22,10%	3.038,77	4,99%
Africa RE	19.439,99	21,51%	0,00	0,00%
Bic Seguros	18.012,00	19,93%	11.562,78	18,99%
SCOR Global P&C SE	9.318,80	10,31%	4.689,42	7,70%
MOZ RE	8.157,17	9,02%	0,00	0,00%
Munich RE	6.769,64	7,49%	20.179,73	33,14%
Swiss RE	4.464,39	4,94%	14.019,47	23,02%
AIG Europe Limited	2.454,54	2,72%	7.399,41	12,15%
Kenya Re	997,93	1,10%	0,00	0,00%
Hispania Risk Broker	792,06	0,88%	0,00	0,00%
TOTAL	90.385,21	100,00%	60.889,58	100,00%

Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	332.857,83	9.818,18
Empresas de Resseguros		202.015,74
TOTAL	332.857,83	211.833,92

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	236.897,77	22.198,24
Empresas de Resseguros		150.299,18
TOTAL	236.897,77	172.497,42

Alves
MW.
PL

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	- ,00	- ,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	332.857,83	211.833,92
TOTAL	332.857,83	211.833,92

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2015	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	- ,00	- ,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	236.897,77	172.497,42
TOTAL	236.897,77	172.497,42

Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

Contas	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ 90 dias	Total
Clientes Gerais - sem imparidade			332.857,83	332.857,83

Transações Financeiras Resseguradores/Cedentes

Durante o exercício de 2016, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº 3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguradores, durante o ano 2016, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (nº 3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Garantia Bancária

Para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008-R, a sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Económica Montepio Geral para cobertura de responsabilidades até ao montante de 18.760 €.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2016 e até esta data que necessitem ser divulgados.


Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2015, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016.

28 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Julho de 2017. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,



(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,



(José Manuel Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvadia)

(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 514.981,17 euros e um total de capital próprio negativo de 131.188,10 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 232.754,17 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas a Empresa apresentou no exercício de 2016 e de 2015, resultados líquidos negativos significativos, situação que provoca que, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresente capitais próprios negativos o que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração da Empresa, irá propor aos acionistas proceder à cobertura dos prejuízos. Assim, a continuidade das operações da Empresa, pressuposto segundo o qual as demonstrações financeiras foram preparadas, bem com a realização dos seus ativos e liquidação dos seus passivos nos prazos e pelas quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2016, estão dependentes da manutenção do apoio dos acionistas da Empresa, da aprovação das referidas propostas pelo Conselho de Administração, bem como da concretização do plano de negócios da Empresa.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de julho de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Ênfases” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de julho de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC